

Alerta Legislação nº 28, de 06 a 11 jul. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.459, DE 7 DE JULHO DE 2026

Altera a [Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985](#), para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade. [Mensagem de veto](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

10/07/2026

LEI Nº 15.466, DE 9 DE JULHO DE 2026

Cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate à Violência contra a Mulher.

LEI Nº 15.465, DE 9 DE JULHO DE 2026

Altera a [Lei nº 12.136, de 18 de dezembro de 2009](#), para instituir o Mês Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística - Setembro Roxo.

LEI Nº 15.464, DE 9 DE JULHO DE 2026

Confere o título de Capital Nacional do Açafração ao Município de Mara Rosa, no Estado de Goiás.

09/07/2026

LEI Nº 15.463, DE 8 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Nacional dos Congados e Reinados.

LEI Nº 15.462, DE 8 DE JULHO DE 2026

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública.

08/07/2026	<u>LEI Nº 15.461, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Confere o título de Capital Nacional da Maior Onda do Brasil ao Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina. <u>LEI Nº 15.460, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho. <u>LEI Nº 15.459, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade. Mensagem de veto
06/07/2026 (Ed. extra)	<u>DECRETO Nº 13.056, DE 6 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 12.301, de 9 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação de diretrizes e de estratégias relativas à governança corporativa nas empresas estatais federais e à administração das participações societárias da União.
06/07/2026	<u>LEI Nº 15.458, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 266.512.000,00 (duzentos e sessenta e seis milhões quinhentos e doze mil reais), para os fins que especifica.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 61, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.338, de 6 de março de 2026, que "Institui Apoio Financeiro destinado às famílias residentes em áreas efetivamente atingidas que tiveram dano material ou perda de bens nos Municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de julho de 2026. Brasília, 9 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 60, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.337, de 6 de março de 2026, que "Autoriza a utilização do superávit financeiro do Fundo Social de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para disponibilização de linhas de financiamento para pessoas físicas ou jurídicas afetadas pelos eventos climáticos ocorridos, em fevereiro e março de 2026, nos Municípios que tiveram estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de julho de 2026. Brasília, 9 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 59, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.361, de 20 de maio de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 75.344.207,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 9 de julho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 58, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.360, de 19 de maio de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Código de Trânsito Brasileiro, e a [Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 9 de julho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 57, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026](#), publicada e republicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 9 de julho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 56, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a

	Medida Provisória nº 1.358, de 13 de maio de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no dia 13 e retificada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio, e altera Medida a Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 3 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.357, de 12 de maio de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 3 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2026</u> Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Mérito de Proteção e Defesa Civil, para agraciar Municípios brasileiros que tenham se destacado em ações voltadas para proteção e defesa civil.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA GSI/PR Nº 10, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece os procedimentos para o credenciamento de segurança de pessoas naturais para o tratamento de informação classificada em grau de sigilo.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ <u>PORTARIA CNPQ Nº 2.836, DE 6 DE JULHO DE 2026 (*)</u> Inclui dispositivo na Portaria CNPQ Nº 2.346, de 8 de agosto de 2025, que dispõe sobre o acúmulo de bolsas do CNPq e complementação financeira advinda de outras fontes. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 6-7-2026, Seção 1, pág. 23, com incorreção no original.

Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 595, DE 6 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Portaria MEC nº 1.151, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e dá outras providências. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>EDITAL Nº 58, DE 10 DE JULHO DE 2026</u> PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI PROCESSO SELETIVO - SEGUNDO SEMESTRE DE 2026 (...)
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/SECOM/MJSP Nº 73, DE 10 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a proteção do consumidor na publicidade, comunicação, <i>marketing</i> e oferta da modalidade lotérica de aposta de quota fixa, estabelece procedimentos de cooperação entre a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, a Secretaria Nacional do Consumidor e a Secretaria Nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.326, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece as condições, os encargos financeiros e os prazos aplicáveis à linha de crédito reembolsável de que trata o art. 3º da Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.325, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras aplicáveis às linhas de financiamento para beneficiários adimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 19, DE 9 DE JULHO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA DE PRÊMIOS E APOSTAS <u>PORTARIA SPA/MF Nº 1.964, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024, que estabelece regras e diretrizes para o jogo responsável e para as ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de <i>marketing</i>, e regulamenta os direitos e deveres de apostadores e de agentes operadores, a serem observados na exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa de que tratam o art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP) <u>PORTARIA ENAP Nº 92, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Disciplina o procedimento de análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e pedidos de autorização para o exercício de atividade privada no âmbito da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR <u>PORTARIA GAB/SENACON Nº 71, DE 10 DE JULHO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho para elaboração de programa de atuação coordenada do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, voltado à prevenção, fiscalização e repressão de práticas abusivas no mercado de apostas de quota fixa.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 11.921, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Inovação Radical em Saúde - PNIRS, no âmbito do Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 455, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Publica atualização da Lista de Medicamentos de Referência (LMR). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 454, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a atualização da composição das vacinas Covid-19 a serem utilizadas no Brasil. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.035, DE 9 DE JULHO DE 2026</u> Altera e revoga itens da Portaria GM/MS n.º 321, de 26 de maio de 1988, que estabelece os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixa medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.034, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Institui os colegiados da Farmacopeia Brasileira e estabelece o seu Regimento Interno. → 4ª Diretoria → → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.693, DE 09 DE JULHO DE 2026</u> (...)

	Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...) CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <u>RESOLUÇÃO CNS Nº 808, DE 12 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre diretrizes para o estabelecimento de prioridades em saúde para 2027. <u>RESOLUÇÃO Nº 806, DE 12 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Saúde para análise e proposição de diretrizes relativas ao diagnóstico laboratorial no Sistema Único de Saúde (SUS). SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA SGTES/MS Nº 339, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> (*) Estabelece os procedimentos administrativos para a concessão do registro de sanitarista, no âmbito do Ministério da Saúde, e institui o Sistema de Registro Profissional - SIRP-MS. (*) <i>Republicada por ter saído, no DOU nº 124, de 6-7-2026, Seção 1, págs. 143 e 144, com incorreção no original.</i>
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA <u>PORTARIA SAF/MDA Nº 368, DE 6 DE JULHO DE 2026</u> Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO (COMIF) <u>RECOMENDAÇÃO COMIF Nº 5, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Recomenda às unidades federativas a elaboração e regulamentação de medidas preventivas voltadas à prevenção dos incêndios florestais, considerando o cenário de ocorrência do fenômeno <i>El Niño</i> e a provável intensificação desses eventos nos próximos meses. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 516, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece restrições ao uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eletroeletrônicos comercializados no território nacional. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA IBAMA Nº 107, DE 30 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Programa Nacional de Assistência à Fauna em Emergências (Pnafe).
Ministério do Planejamento e	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 292, DE 9 DE JULHO DE 2026</u>

Orçamento (MPO)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R\$ 1.911.571.935,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 289, DE 9 DE JULHO DE 2026</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Portos e Aeroportos, crédito suplementar no valor de R\$ 223.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 1.191, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Plano Nacional Ruas Visíveis.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO) <u>RESOLUÇÃO CFO Nº 293, DE 1º DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a atualização normativa dos requisitos de registro e inscrição de Auxiliar de Prótese Dentária (APD).
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/07/2026	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.444, DE 03 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a transformação de cargos de Juízes Substitutos em Segundo Grau em cargos de Desembargadores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.443, DE 03 DE JULHO DE 2026V</u> Extingue e cria cargos no Quadro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atualiza as disposições da Lei Complementar nº 1.272, de 14 de setembro de 2015, e dá providências correlatas.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - CIBR Nº 6, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a apresentação de propostas para definição de indicadores globais, seus critérios de avaliação, as respectivas metas e apuração de resultados da Bonificação por Resultados - BR, na Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SGGD E SES Nº 01, DE 02-07-2026</u> Institui a obrigatoriedade de adoção de padrões de interoperabilidade de dados de saúde no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e dá providências correlatas
Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SPM E SEDS - 01/2026</u> Dispõe sobre a abertura de cadastro de interesse dos Municípios do Estado de São Paulo para adesão à iniciativa de implementação dos Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dá providências correlatas.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 135, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de recursos federais oriundos de emendas parlamentares destinados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e ao Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 131, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, no âmbito do programa 5125 – Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares - Transferências Impositivas e programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Transferências Voluntárias, provenientes de emendas parlamentares destinadas ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde, e dá providências correlatas.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
08/07/2026	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 1, DE 2026, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Acrescenta inciso ao artigo 180 da Constituição Estadual, que estabelece diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 685/2026, DE 08/07/2026</u> Institui a Política Estadual dos Centros de Exames da Mulher, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 681/2026, DE 08/07/2026</u>

	Dispõe sobre o Reconhecimento e Fomento da Congada como Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 680/2026, DE 08/07/2026</u> Institui o Estatuto de Proteção das Religiões de Matrizes Africanas e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 679/2026, DE 08/07/2026</u> Institui o Programa Estadual de Prevenção ao Abandono de Cães da Raça Pitbull, incluindo suas derivações e cruzamentos, e dá outras providências.
07/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 676/2026, DE 07/07/2026</u> Isenta do pagamento de pedágio nas rodovias estaduais aos profissionais da segurança pública, nas condições que especifica, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 674/2026, DE 07/07/2026</u> Institui o "Selo Mulher Agro Paulista", selo oficial de identificação e valorização de produtos agrícolas cultivados, processados ou comercializados por mulheres no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
06/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 673/2026, DE 06/07/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a implementar, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, o Programa de Ensino e Prática do Atletismo como atividade extracurricular, bem como a utilização de ginásios, pistas e demais equipamentos esportivos estaduais para o desenvolvimento da modalidade, e dá providências correlatas.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
07/07/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 36/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMUNICA a expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao segundo bimestre (RRO) e primeiro quadrimestre (RGF) do ano de 2026 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas. Importante ressaltar que a fiscalização procederá o exame de cada caso, segundo sua motivação, quando da consequente elaboração do relatório final das contas anuais do ano de 2026. SISTEMA AUDESP – 1º QUADRIMESTRE 2026 ALERTA AOS PREFEITOS - LC 101/00 (LRF) Art. 59, § 1º, inciso II da LRF - Despesas com Pessoal (...)

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
08/07/2026	<u>DECRETO Nº 65.324, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil – CEI Luis Fernando Verissimo, vinculado à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro, da Secretaria Municipal de Educação. <u>DECRETO Nº 65.319, DE 7 DE JUHO DE 2026</u> Revoga os itens “10.1.6.3.1” e “11.1.11” constantes do Anexo integrante do Decreto nº 64.877, de 26 de dezembro de 2025, que fixa o valor dos preços dos serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 65.318, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Introduz alterações no Decreto nº 63.645, de 7 de agosto de 2024, que dispõe sobre a implantação do Plano de Contingência para Situações de Baixa Umidade – PCBU. <u>DECRETO Nº 65.316, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Cria a Comissão Permanente de Acessibilidade Digital – CPA Digital e introduz alterações nos Decretos nº 49.063, de 18 de dezembro de 2007, nº 58.031, de 12 de dezembro de 2017, e nº 63.015, de 11 de dezembro de 2023. <u>DECRETO Nº 65.314, DE 7 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta o Sistema de Estágios da Prefeitura do Município de São Paulo e revoga o Decreto nº 56.760, de 8 de janeiro de 2016.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>